

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Curso de Ciências Sociais



Trabalho de Conclusão de Curso

VIOLÊNCIA CONTRA ATIVISTAS SOCIOAMBIENTAIS NO PARÁ:
massacres e conflitos agrários (2015-2022)

Ana Ignez Braga Dal Magro

Pelotas, 2026

Ana Ignez Braga Dal Magro

VIOLÊNCIA CONTRA ATIVISTAS SOCIOAMBIENTAIS NO PARÁ
massacres e conflitos agrários (2015-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador:
Prof. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes

Pelotas, 2026

Ana Ignez Braga Dal Magro

VIOLÊNCIA CONTRA ATIVISTAS SOCIOAMBIENTAIS NO PARÁ
massacres e conflitos agrários (2015-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 02/03/2026

Banca examinadora:

Prof. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes (Orientadora)
Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Alessandra Gasparotto
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Ramos
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo

Aos que deram a vida na luta pela terra

Agradecimentos

.À minha família. Em especial à minha mãe, Aldevane, por me ensinar tanto, por me guiar e por construir comigo os valores que carrego; e ao meu pai, Evaldo, por me inspirar a ser essa figura estranha, de olhar desconfortável e questionador diante de tudo ao meu redor.

À minha orientadora, Simone da Silva Ribeiro Gomes, por ter sido indispensável na minha formação. Obrigada por me mostrar que, apesar de o espaço acadêmico muitas vezes não ser acolhedor, ainda é possível construir algo bonito e significativo. Quando eu crescer, quero ser como você.

Aos meus avós, Ignez (in memoriam), Pedro (in memoriam), Avane e José, que me ensinaram o amor de forma única. Levo comigo a paciência de vocês.

Aos meus padrinhos, Andréa e Cleyton, exemplos fundamentais na minha formação como pessoa e como estudante.

Ao meu irmão, Pedro Henrique, por me defender e me apoiar em todas as fases.

Às minhas amigas sociólogas Thays, Roberta, Rafaela e Mabelly. Caminhar ao lado de vocês torna tudo mais leve. Obrigada pela amizade sincera e acolhedora.

Às amigas Maria Lethicia e Beatriz, por mostrarem que, mesmo à distância, é possível estar presente.

Ao Lucas, pela companhia nos estudos e na vida, e pelo apoio ao longo desta etapa.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Pelotas, que, aqui no extremo sul do país, me proporcionou ferramentas, recursos e experiências que tornaram possível minha formação como pesquisadora.

Resumo

MAGRO, Ana Ignez Braga Dal. **Violência contra ativistas socioambientais no Pará: massacres e conflitos agrários(2015-2022)**. Orientadora: Simone da Silva Ribeiro Gomes, 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2026.

Este trabalho investiga as dinâmicas da violência contra ativistas socioambientais no estado do Pará, com foco na ocorrência de massacres e conflitos agrários entre 2015 e 2022. O objetivo central consiste em identificar os marcos históricos da formação territorial do estado que o configuram como expoente nacional nos assassinatos de defensores da terra, bem como analisar o perfil dos ativistas vitimados em massacres no período delimitado. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e estudo de caso. Foram analisados quatro casos de massacres, totalizando 25 vítimas, a partir da construção de um banco de dados original elaborado com base em pesquisa hemerográfica e dados secundários da organização Global Witness e da Comissão Pastoral da Terra. As variáveis examinadas incluem gênero, tipo de liderança, características do ativismo, autoria do crime e contexto fundiário. Os resultados indicam que os massacres estão majoritariamente vinculados a disputas por terra em áreas de assentamento ou em processo de regularização fundiária, envolvendo, sobretudo, trabalhadores rurais. Observa-se a recorrência da atuação de pistoleiros e agentes privados, em um contexto marcado por impunidade e fragilidade institucional. Conclui-se que a violência contra ativistas socioambientais no Pará se insere em uma lógica estrutural de expansão territorial baseada na concentração fundiária e na exploração predatória dos recursos naturais, configurando-se como mecanismo de silenciamento político e controle social no campo.

Palavras-chave: Violência no campo; Ativistas socioambientais; Conflitos agrários; Massacres; Pará.

Abstract

This study investigates the dynamics of violence against socio-environmental activists in the state of Pará, Brazil, focusing on the occurrence of massacres and agrarian conflicts between 2015 and 2022. The main objective is to identify the historical landmarks of the state's territorial formation that have made it a national epicenter in the killings of land defenders, as well as to analyze the profile of activists victimized in massacres during the selected period. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, combining bibliographical review and case study. Four massacre cases were analyzed, totaling 25 victims, based on the construction of an original database developed through hemerographic research and secondary data from the organization Global Witness and the Comissão Pastoral da Terra. The variables examined include gender, type of leadership, characteristics of activism, perpetrators, and land tenure context. The findings indicate that the massacres are predominantly linked to land disputes in settlement areas or territories undergoing land regularization processes, mainly involving rural workers. The recurrent involvement of hired gunmen and private agents is observed, within a context marked by impunity and institutional fragility. The study concludes that violence against socio-environmental activists in Pará operates within a structural logic of territorial expansion grounded in land concentration and the predatory exploitation of natural resources, functioning as a mechanism of political silencing and social control in rural areas.

Keywords: Rural violence; Socio-environmental activists; Land conflicts; Massacres; Pará

Lista de Ilustrações

Tabela 1 - Apresentação das variáveis.....	18
Tabela 2: Tipos de característica dos indivíduos.....	38
Tabela 3: Cruzamento entre autoria X assentado.....	41

Lista de Abreviaturas e Siglas

APA	Área de Proteção Ambiental
Cedoc	Centro de Documentação Dom Tomás Balduino
CPT	Comissão Pastoral da Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
Iterpa	Instituto de Terras do Pará
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEА	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
PT	Partido dos Trabalhadores
PIN	Plano de Integração Nacional
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Região Amazônica

Sumário

1 Introdução.....	10
2 Considerações metodológicas.....	15
3 Formação territorial e violência no campo no Pará.....	19
3.1 Colonização, ocupação e o mito do “vazio demográfico” na Amazônia.....	19
3.2 Integração nacional, ditadura militar e intensificação dos conflitos agrários.	22
3.3 Eldorado dos Carajás como marco da violência no campo paraense.....	25
4 Massacres de ativistas socioambientais no Pará (2015–2022): casos, perfis e dinâmicas da violência.....	29
4.1 Definição e operacionalização da categoria massacre.....	29
4.2 Os quatro casos analisados.....	30
4.3 Continuidade e reconfiguração da violência.....	34
5 Considerações Finais.....	41
Referências.....	42

1 Introdução

A violência contra ativistas no Brasil, particularmente na região amazônica, revela-se um fenômeno estrutural e está intrinsecamente relacionada à disputa por recursos naturais, resultando em conflitos territoriais que colocam em tensão interesses econômicos e a proteção dos direitos humanos (Lacerda e Rolemberg, 2023, Albarracin et al, 2025). Segundo o Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro (1985-2023), produzido pelo Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Dom Tomás Balduino (Cedoc), o estado do Pará possui o intervalo mais violento da série de dados. Foram registrados 6.806 ocorrências de conflito no campo, 612 assassinatos, 420 tentativas de assassinato, 1.597 ameaças de morte, 26 massacres, com 125 vítimas.

Os dados revelam um panorama da violência no estado, evidenciando a impunidade e fragilidade das instituições estatais na garantia da segurança e do direito à terra de comunidades tradicionais, trabalhadores sem-terra, povos indígenas e defensores socioambientais. A expansão do agronegócio, a mineração e a exploração madeireira, frequentemente associadas a práticas ilegais e grilagem de terras, intensificam a pressão sobre os territórios e exacerbam as tensões sociais neste local.

A busca por justiça social impulsiona o ativismo de muitos brasileiros. Essa era a luta que José Dutra da Costa, conhecido como Dezinho, que por meio do sindicalismo tentava mudar a vida de sua comunidade no interior do Pará. Ele foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará por dois mandatos, onde viu que somente pela reforma agrária conseguiria mudar a vida dos trabalhadores da região. A luta pela criação de assentamentos em terras públicas invadidas por fazendeiros guiou sua gestão, assim como a apresentação de denúncias contra latifundiários por trabalho análogo à escravidão, desmatamento, grilagem de terra e assassinatos de outros trabalhadores rurais e líderes de movimentos sindicais. Sua atuação resultou em sete anos de ameaças contra sua vida. Até que, no dia 21 de novembro de 2000, José da Costa foi assassinado na frente de sua casa.

Em 2026, Maria Joel Dias da Costa, viúva de Dezinho, segue em busca de justiça pelo crime; assumiu os trabalhos do marido no sindicato e, atualmente, é vereadora de Rondon do Pará, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Maria faz parte

do Programa de Defensores de Direitos Humanos¹, que disponibiliza dois agentes para cuidar de sua segurança 24 horas por dia, já que as ameaças de morte também foram herdadas após a morte de seu companheiro².

O crime recebeu grande repercussão, tanto nacional quanto internacional, o que levou a maior pressão para sua elucidação. Em 2004 a Justiça Global³, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará⁴, a Comissão Pastoral da Terra⁵ e a Terra de Direitos⁶ apresentaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁷. Em 2010, as peticionárias assinaram o Acordo de Solução Amistosa com 24 cláusulas, no qual o Estado brasileiro reconheceu a falha na investigação, cumprindo 11 delas integralmente. O processo conta com seis acusados, sendo dois absolvidos, Lourival Costa e Domício Neto, e apenas Rogerio Dias, apontado como intermediário do crime, preso atualmente. Wellington da Silva, pistoleiro contratado para realizar a execução de José da Costa, chegou a cumprir pena em regime fechado, mas conseguiu fugir. Outro participante do crime, Igosmar Mariano, também se encontra foragido⁸.

¹ O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) foi criado em 2004, e consolidado em 2007 com a instituição da Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH), visando à proteção de defensores, comunicadores e ambientalistas em situação de risco em razão de sua atuação.

² Ver em: A resistência é feminina: a luta de mulheres ameaçadas por defenderem a floresta. Repórter Brasil. 02 de setembro de 2024. Disponível em: <https://repórterbrasil.org.br/2024/09/a-resistencia-feminina-mulheres-ameacadas-defesa-floresta/>. Acesso em 30/06/2025.

³ A Justiça Global é uma organização não governamental brasileira, fundada em 1999 por um grupo de pesquisadoras/es, advogadas/es e defensoras/es de direitos humanos, que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia.

⁴ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará é uma organização sindical da cidade de Rondon vinculada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), que foi fundada em 20 de dezembro de 1963.

⁵ A Comissão Pastoral da Terra é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado em Goiânia.

⁶ A Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca). A organização surgiu em Curitiba (PR), em 2002, para atuar em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios rural e urbano, e atualmente atua nacional e internacionalmente nas temáticas de direitos humanos.

⁷ Ver em: Brasil ainda não completou solução amistosa do Caso Dezinho na CIDH. Caso completa 23 anos. Justiça Global. 21 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/brasil-ainda-nao-completou-solucao-amistosa-do-caso-dezinho-na-cidh-caso-completa-23-anos/>. Acesso em 30/06/2025.

⁸ Ver em: Acusado de intermediar morte do sindicalista Dezinho, irmão de pistoleiro é condenado a 16 anos de prisão no Pará. G1. 13 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/12/13/acusado-de-intermediar-assassinato-do-sindicalista-d-ezinho-irmao-de-pistoleiro-e-condenado-a-26-anos-de-prisao-no-para.ghtml>. Acesso em 30/06/2025.

O fazendeiro Décio José Barroso Nunes foi condenado a doze anos de prisão por ser o mandante do crime, e, atualmente, está recorrendo em liberdade. Décio é dono da fazenda Lacy, propriedade que concentra 71% da exploração de madeira registrada entre 2007 e 2023 na Terra Indígena Amanayé, segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Ainda segundo o Imazon, a reserva indígena foi a mais afetada pela extração de madeira ilegal desde 2021 no estado do Pará. A lista de infrações de Décio é extensa. O fazendeiro já foi autuado 15 vezes por desmatamento ilegal pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), entre 2001 e 2020, somando R\$10,7 milhões em multas. Também já recebeu interdições em suas propriedades, de cerca de 1,7 milhão de hectares, além de constar na lista do governo federal por trabalho escravo em uma de suas fazendas⁹.

Essa é uma entre inúmeras histórias de ativistas socioambientais que dedicam a sua vida à causa e à luta pela terra. Destaca-se que a definição de ativistas socioambientais que será utilizada no presente trabalho é colocada de forma analítica, e esses indivíduos não são, nativamente, ativistas. Uma vez que as fontes de dados são tanto a Organização de Direitos Humanos Global Witness, que denomina estas vítimas como defensores da terra e do meio ambiente (2023), quanto a CPT, os apontam como trabalhadores em luta pela terra (2024), sem necessariamente estes indivíduos se denominarem assim.

Defendo neste trabalho que a violência sofrida por eles contém inúmeras nuances, atravessadas por questões de gênero e raça, econômicas e sociais, não devendo ser compreendida como um evento isolado, mas sim vista como um fenômeno sistêmico e estrutural. O Pará registrou 1.999 ocorrências de conflito no campo entre 2014 e 2023, segundo relatório da CPT, o que destaca a realidade de opressão vivenciada pelos ativistas diariamente. Segundo relatório da Global Witness, o Pará é considerado um dos estados mais violentos para os defensores da terra no Brasil, que é também um dos países mais mortais do mundo para ativistas ambientais¹⁰. A vastidão territorial do estado, que conta com uma área total

⁹ Ver em: Condenado por morte de sindicalista é o maior destruidor de área indígena no PA. Repórter Brasil. 06 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/01/condenado-por-morte-de-sindicalista-e-o-maior-desmatador-de-area-indigena-no-pa/>. Acesso em 30/06/2025.

¹⁰ Ver em: <https://globalwitness.org/pt/campaigns/land-and-environmental-defenders/standing-firm-pt/>

de 1.245.828,829 km², aliada à imensa riqueza de recursos naturais, o posiciona historicamente como uma fronteira de expansão econômica.

Contudo, este avanço se deu e continua a se dar por meio de um modelo de desenvolvimento predatório que gera expropriação sistemática, degradação ambiental e violência. Neste contexto, a atuação de ativistas socioambientais emerge historicamente não como uma oposição ao "progresso", mas como uma resistência fundamental pela garantia de direitos territoriais e pela preservação de modos de vida. Para compreender melhor o presente hostil vivido por estes ativistas, é necessário conhecer a história de formação do estado do Pará, sua questão agrária, social e nuances que constroem a sociedade atualmente.

O presente trabalho propõe uma investigação das características e dinâmicas da violência direcionada a ativistas socioambientais no Pará, um estado que se destaca no cenário nacional e internacional por seus persistentes conflitos agrários e ambientais. Para tanto, a questão que guiará a pesquisa é: quais são os marcos históricos da formação territorial do Pará que tornam o estado esse expoente no assassinato de ativistas e qual é o perfil dos ativistas socioambientais assassinados em massacres entre 2015 e 2022 no estado?

A primeira parte deste estudo consiste em uma revisão bibliográfica, com o intuito de construir uma linha do tempo detalhada e analítica dos eventos históricos que moldaram a formação agrária do Pará, desde os primeiros ciclos de ocupação até os dias atuais. O objetivo é traçar um panorama que demonstre como a disputa por terras e recursos naturais se intensificou e sofisticou ao longo do tempo, em que ativistas socioambientais frequentemente se tornam alvos de retaliação por sua atuação na defesa de direitos e do meio ambiente.

No segundo capítulo, o estudo se aprofunda na análise de quatro casos de massacres¹¹ que ocorreram no estado do Pará entre os anos de 2015 e 2022, todos tendo como vítimas ativistas socioambientais. Esta análise dos casos de massacres visa não apenas descrever os eventos, mas também identificar padrões recorrentes de violência e construir perfis dos ativistas vitimizados.

A pesquisa justifica-se pela centralidade do estado do Pará no cenário nacional de assassinatos de ativistas socioambientais, o que evidencia um contexto persistente de conflitos agrários e do uso sistemático da violência como instrumento de silenciamento político. Os temas do assassinato de ativistas e dos massacres

¹¹ No capítulo 2 será trabalhado de forma mais aprofundada a questão .

ainda não foram abordados de maneira integrada na produção acadêmica, o que revela uma lacuna analítica relevante. Destacam-se, nesse campo, a tese¹² de Igor Rolemberg e os trabalhos desenvolvidos em parceria com a antropóloga Paula Lacerda, que oferecem contribuições importantes ao debate, ainda que de forma indireta. De modo semelhante, Camila Vedovello analisa, em sua tese¹³, a problemática das chacinas no estado de São Paulo, contribuindo para a compreensão da violência coletiva em outro contexto regional. A CPT, em conjunto com grupos de pesquisa de diversas instituições vem contribuindo para o debate acadêmico e social quanto ao assunto de violência no campo, produzindo relatórios e dados através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc).

Nesse sentido, o presente estudo mostra-se pertinente ao contribuir para a compreensão das dinâmicas e estruturas da violência no campo paraense contra ativistas, ampliando o debate acadêmico e social acerca dos direitos humanos e dos conflitos socioambientais.

¹² ROLEMBERG, Igor. *Mobilizar, acompanhar, denunciar: uma etnografia da Comissão Pastoral da Terra na Amazônia Oriental*. 2023. Tese (Doutorado). École Normale Supérieure de Paris, Paris, França, 2023.

¹³ VEDOVELLO, Camila de Lima. *Quem sangra na fábrica de cadáveres?: as chacinas em São Paulo e RMSP e a chacina da torcida organizada Pavilhão Nove*. 2022. Tese (Doutorado) . Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2022.

2 Considerações metodológicas

O presente trabalho utiliza a metodologia qualitativa, utilizando-se dos métodos de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Segundo Strauss e Corbin (2008, p. 23), a pesquisa qualitativa trata-se de um tipo de pesquisa cujos resultados não são obtidos por meio de procedimentos estatísticos ou de quantificação. No livro “Como fazer pesquisa qualitativa”, Gil (2021) define a pesquisa qualitativa como um processo de interpretação não-matemático que busca descobrir conceitos e relações entre dados, organizando-os em um esquema explicativo. Essa modalidade de pesquisa é, portanto, essencialmente interpretativa, focando no estudo de fenômenos em seus contextos naturais para compreender os significados que as pessoas lhes atribuem (Denzin; Lincoln, 2018).

Por estudo de caso, Gil (2010, p.37) define como um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos”. Para Robert Yin (2010), o “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

A pesquisa analisou quatro casos de massacres de ativistas socioambientais, que totalizam 25 vítimas, que ocorreram no estado do Pará entre 2015 e 2022. A temática do trabalho surgiu a partir da minha experiência como pesquisadora de iniciação científica no projeto de pesquisa “Criminalização de Ativistas Feministas na América Latina” de 2023 a 2025. Durante os dois anos, lidamos com diferentes bancos de dados, um deles, um conjunto de dados com 1.349 casos compilados a partir de dados originais da Organização de Direitos Humanos Global Witness sobre ativistas socioambientais mortos na América Latina entre janeiro de 2012 e dezembro de 2023. No decorrer da busca por mais informações para as variáveis que agregamos ao banco, surgiram casos, em específico, com mais de uma vítima, que me despertaram a atenção, seja por seu grau de violência e crueldade, seja por sua frequência.

A partir disso foi realizado algumas tabelas cruzadas, utilizando o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), para verificar qual a frequência destes casos. Os resultados mostraram que o Brasil desponta em relação aos

demais países, uma vez que registra 107 casos com múltiplas mortes, enquanto a Colômbia, segundo país com mais casos, registra 64. Ao restringir a análise aos estados brasileiros, observa-se que o Pará lidera esse tipo de violência, concentrando 33 das 107 vítimas registradas no país.

O banco de dados secundário utilizado nesta pesquisa sofreu mais um recorte, uma vez que a intenção é averiguar qual a ocorrência de massacres¹⁴, e não de duplo homicídios. Este percurso então resultou em um banco de dados original, contendo 25 vítimas, divididas em quatro casos de massacre entre 2015 e 2022, que foi o período em que houve a ocorrência de tais eventos. Todas as informações coletadas para o banco de dados foram obtidas a partir da pesquisa hemerográfica¹⁵.

Neste trabalho, as fontes hemerográficas não foram previamente delimitadas quanto a veículos específicos, pois cada caso analisado apresentou grau distinto de repercussão midiática, sendo que alguns deles não foram noticiados por jornais da mídia tradicional. Dito isso, foi dada prioridade a portais de notícia nacional, como o G1, por haver filiais regionais. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas as palavras “massacre” + o nome da cidade que aconteceu, ou nome das vítimas, sendo toda a busca por informações realizada por meios digitais.

Frente a isto, foram utilizadas informações disponíveis nos acervos dos portais de notícias G1, Agência Brasil e Repórter Brasil, e dos portais digitais das organizações Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, Justiça Global, Centro de Estudos Bíblicos e Rede Eclesial Pan-Amazônica.

O banco de dados original utilizado na pesquisa é composto por 15 variáveis, as quais são classificadas como categóricas ou numéricas e podem ser visualizadas na tabela a seguir:

Tabela 1 - Apresentação das variáveis

Nome	Rótulo	Valores
------	--------	---------

¹⁴ Casos com três mortes ou mais não possuem tipificação penal específica, sendo categorizada juridicamente como homicídios múltiplos. Assim, massacre é uma categoria êmica (Vedovello, 2022).

¹⁵ Roberta Alano (2024) ressalta que, apesar de limitações da imprensa, a pesquisa hemerográfica é valiosa para acessar registros históricos e compreender como os eventos são debatidos publicamente.

Data	Data	-
Ano	Ano	-
Nome	Nome	-
Idade	Idade	-
Município	Município	
Gênero	Gênero	1 - Homem 0 - Mulher
Liderança	Liderança	1 - Sim 0 - Não
Característica	Características diferenciais do ativismo	1 - Camponês 2 - Familiares de pessoas alvo de repressão 3 - Socioambiental 4 - Outro
Autoria	Autoria	1 - Estado 2 - Latifundiário 3 - Pistoleiros 4 - Desconhecido
Arma De Fogo	Arma de fogo	1 - Sim 0 - Não
Arma Branca	Arma branca	1 - Sim 0 - Não
Tortura	Tortura	1 - Sim 0 - Não
Numero De Vítimas	Número de vítimas	
Assentado	Se está em propriedade que está/estava em processo de reforma agrária	1 - Sim 0 - Não
Governo Federal	Governo Federal	1 - Dilma Rousseff

		2 - Michel Temer 3 - Jair Bolsonaro
--	--	--

Fonte: Elaboração Própria

Após esta apresentação da metodologia, ferramentas utilizadas e banco de dados construído para a produção deste trabalho, nos próximos capítulos será explorado a formação histórica da violência no estado do Pará e os massacres ocorridos na região.

3 Formação territorial e violência no campo no Pará

A compreensão dos massacres contemporâneos contra ativistas socioambientais no Pará exige o retorno aos processos históricos que estruturaram a formação agrária e territorial do estado. Desde o período colonial, passando pelas políticas desenvolvimentistas do século XX e pelas estratégias de integração nacional implementadas durante a ditadura militar, consolidou-se na região um modelo de expansão territorial baseado na apropriação intensiva da terra e dos recursos naturais, frequentemente mediado por mecanismos coercitivos. Nesse percurso, o Massacre de Eldorado dos Carajás emerge como ponto de inflexão na história recente dos conflitos agrários, não apenas pela magnitude da violência empregada, mas por sua repercussão política e simbólica.

Este capítulo, portanto, reconstrói os principais marcos da formação territorial do Pará, evidenciando como a articulação entre Estado, grandes proprietários e projetos de desenvolvimento produziu um cenário estrutural de conflito que permanece operante nas dinâmicas contemporâneas de violência no campo.

3.1 Colonização, ocupação e o mito do “vazio demográfico” na Amazônia

No início do processo de colonização, a Amazônia brasileira foi delineada como uma região estratégica para a Coroa Portuguesa. Em 1616, foi erguido um forte que posteriormente deu origem à cidade de Belém, atual capital do Pará. Segundo o historiador Fernando Rodrigues (2022), as ações do império tinham como objetivo a defesa das fronteiras nacionais e a manutenção do território. Rodrigues ainda retoma Nunes (2015), que aponta que os desafios para a instalação de colônias militares na Amazônia envolviam a ocupação do território, a transformação dos indivíduos em colonos disciplinados militarmente e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência em uma natureza inóspita, explorando os recursos da floresta.

Desde essa época já havia o discurso do chamado vazio demográfico existente na Amazônia, utilizado inicialmente pela Coroa Portuguesa e depois adotado pelo Governo Brasileiro. Além do racismo intrínseco na afirmação da necessidade de colonizar a região, apagando a população originária ali presente,

composta por indígenas, caboclos, ribeirinhos e remanescentes de quilombolas, há também o interesse na exploração do vasto capital natural da floresta amazônica.

O projeto iniciou-se no século XVII na região que era vista como “terra sem gente”, e mesmo com a mão de obra indígena, na metade deste século trouxeram africanos escravizados, onde, como forma de incentivo, havia a isenção de impostos para quem desembarcasse na Capitania do Grão-Pará. Após a abolição da escravidão, houve a necessidade de repensar o projeto do Brasil, passando a exigir mão de obra assalariada, idealizada por meio do imigrante ideal, materializada na figura do cidadão europeu.

Mesmo que em menor volume, a imigração europeia para a Amazônia ocorreu tal qual no restante do país, onde eram oferecidos transporte marítimo, doação de terra e suporte à lavoura até a primeira colheita. Porém, enfrentaram dificuldades específicas nas colônias agrícolas devido ao clima tão diferente do que era conhecido pelos europeus. Os grupos eram compostos, em sua maioria, por portugueses, espanhóis e italianos, que possuíam dois tipos de imigração: espontânea, representada por jovens pobres com experiência em atividades urbanas em busca de trabalho, ou subvencionada, por parte de famílias camponesas já direcionadas para a exploração de áreas isoladas e “despovoadas”. Muitos dos que foram para as colônias agrícolas mais tarde se dirigiram ou para as regiões urbanas do estado do Pará, ou até mesmo para outra área do país, por não terem se adaptado ao espaço, e o mesmo aconteceu com imigrantes que inicialmente haviam sido trazidos para ocupar o Sul e o Sudeste do Brasil e acabaram por migrar para o Norte.

O contexto nacional se alterou nos anos 40, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou com os Estados Unidos o acordo de Washington (1941) e o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (1942). Em outubro de 1940, Vargas deixa claros seus planos para a Amazônia em seu discurso realizado em Manaus no Ideal Club, com a presença da elite econômica e política da região. Em um dos momentos, Vargas (1942) expõe sua visão sobre a região: “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória” (apud Moura, 2021).

A viagem de Vargas à Amazônia simbolizou essa “redescoberta” da região e foi amplamente utilizada como instrumento de propaganda política, apresentando o presidente como um novo bandeirante da modernização. Embora a iniciativa tivesse

grande força simbólica, seus resultados práticos foram limitados. Ainda assim, consolidou-se como um dos pilares da retórica nacionalista e autoritária do Estado Novo, cujo legado influenciou políticas posteriores de ocupação da Amazônia ao longo do século XX.

De acordo com o historiador Rômulo Andrade (2010), o Estado Novo construiu uma representação ideológica da Amazônia, convertendo-a em símbolo do nacionalismo e do progresso do Brasil. Durante o governo de Getúlio Vargas, a região foi reinterpretada como área estratégica para a integração territorial, especialmente a partir do programa “Marcha para o Oeste” e do “Discurso do Rio Amazonas” (1940).

A Marcha para o Oeste, lançada em 1938, buscava integrar o território nacional e ampliar a presença do Estado no interior do país. Inspirado na ideia de “fronteira civilizatória”, defendida por Cassiano Ricardo, o projeto via o Centro-Oeste e a Amazônia como espaços “vazios” a serem conquistados, ocupados e civilizados. O objetivo era promover a colonização, o saneamento e o desenvolvimento econômico, fortalecendo a unidade nacional. Nesse discurso, o caboclo e o nordestino foram transformados em heróis da conquista, substituindo a antiga imagem de atraso por outra de protagonismo e bravura.

Durante a Era Vargas, o presidente Getúlio construiu uma imagem da Amazônia marcada por ideias antigas e autoritárias, e via a região como um espaço “vazio”, atrasado e pouco integrado ao restante do país, retomando a velha noção colonial de que a Amazônia era um “problema militar” que precisava ser conquistada e povoada. Moura (2021) destaca que, embora o governo Vargas estivesse voltado para a industrialização e urbanização dos grandes centros do Sul, sua visão sobre a Amazônia permaneceu essencialmente agrária e extrativista. Vargas considerava a região um reservatório de matérias-primas, como a borracha, que deveriam abastecer a indústria nacional, sem preocupação com o desenvolvimento local. Além disso, pretendia manter os trabalhadores rurais no campo, afastados das leis trabalhistas que beneficiavam apenas os operários urbanos.

Ainda segundo Andrade (2015), durante o segundo governo Vargas, foi criada a Superintendência de Valorização Econômica da Região Amazônica (SPVEA), um dispositivo importante para o direcionamento de verba e de atenção federal para a região Norte. Mais tarde, no governo de Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento da área ganhou mais destaque, tendo então a principal obra por parte da SPVEA:

rodovia Belém-Brasília. Fantasiando sobre uma terra sem dono, a rodovia iria por fim no “vazio” demográfico ali presente e trazer a integração nacional almejada pelo governo.

A construção da rodovia possibilitou o surgimento e a consolidação de vilas e povoados ao longo de suas margens, alterando de forma significativa a dinâmica de ocupação do território e favorecendo a fixação populacional em áreas até então pouco integradas às redes nacionais de circulação. Esse processo marcou o início de um movimento mais amplo de interiorização do país, associado à abertura de novas frentes de povoamento e à expansão das atividades econômicas na região, inserindo a Amazônia no projeto desenvolvimentista nacional (Andrade, 2019).

3.2 Integração nacional, ditadura militar e intensificação dos conflitos agrários

Embora a abertura inicial da via tenha ocorrido em 1959, a obra não foi concluída imediatamente. A finalização efetiva da rodovia, incluindo a pavimentação de trechos considerados críticos para a circulação regular, estendeu-se até 1974, já durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, no contexto da ditadura militar, evidenciando a continuidade das políticas de integração territorial entre o período democrático e o regime autoritário. Ao longo desse processo, a estrada atuou como um importante eixo de expansão da ocupação territorial, impulsionando a formação de novos núcleos urbanos e intensificando a ocupação das áreas adjacentes ao seu traçado. Essa dinâmica favoreceu, por um lado, a apropriação irregular de terras, até então sem demarcação, e a consequente concentração fundiária por parte de empresários e grandes proprietários e, por outro, estimulou a mobilização de trabalhadores rurais, posseiros e migrantes em busca de acesso à terra.

Segundo Eric Nepomuceno (2019), em 1970, no auge da ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964, o governo do general Emílio Garrastazu Médici lançou o Plano de Integração Nacional (PIN)¹⁶, cujos efeitos recaíram de maneira profunda sobre a Amazônia, sem, contudo, atender às demandas da população sem-terra. Conforme análise do autor, uma das primeiras medidas do plano foi a realização de um levantamento fundiário que evidenciou a precariedade da estrutura

¹⁶ O Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, instituiu o Plano de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de promover a integração territorial da Amazônia e do Nordeste por meio de grandes obras, como a Transamazônica e Cuiabá-Santarém, da incorporação de terras públicas e de programas de colonização conduzidos pelo Estado.

de propriedade no estado do Pará, onde eram raras as propriedades privadas com titulação juridicamente reconhecida. A partir dessa constatação, extensas áreas passaram a ser incorporadas às políticas governamentais como terras públicas, viabilizando a implementação de grandes projetos de infraestrutura e colonização, entre os quais se destacou a construção da rodovia Transamazônica.

O processo de ocupação dessas áreas ocorreu de forma acelerada e seletiva, com a destinação de vastas extensões de terras públicas, acompanhadas de generosos incentivos fiscais, a projetos de agronegócio liderados por grandes corporações privadas, empresas estatais e instituições financeiras. Segundo Nepomuceno (2019), quanto mais intensa foi essa distribuição de terras públicas às corporações, mais se ampliaram a devastação ambiental, o desemprego no campo, a miséria e a violência rural.

Joanoni Neto e Guimarães Neto (2017) destacam que, para além da destinação de recursos públicos ao capital privado, a oferta de terras foi utilizada como instrumento de reorganização populacional, promovendo o deslocamento de contingentes populacionais de diferentes regiões do país para a Amazônia. Ou seja, deslocaram-se nordestinos com promessas de terra livre para trabalho, a fim de resolver os conflitos sociais existentes na região, e assim, disponibilizando mão de obra para a expansão do agronegócio, mineração e indústria (Pereira, 2013).

Nesse processo, também foram realizadas ações coercitivas, com a utilização de força policial e militar, voltadas ao deslocamento de grupos tradicionais, com o objetivo de liberar áreas consideradas estratégicas para a atuação de empresas privadas. Joanoni Neto e Guimarães Neto (2017) acrescentam que a intensificação das interferências estatais na região deve ser compreendida dentro de um contexto nacional e internacional, e não de uma demanda local. Com o avanço da guerra fria, o alinhamento do estado brasileiro foi de acordo com as determinações do bloco capitalista ocidental, posicionando assim o controle territorial, social e econômico da Amazônia como de extrema importância para a segurança nacional.

Reutilizando parte do discurso do Estado Novo, o regime militar abraçou o ideário de integração nacional, usando do lema “integrar para não entregar”. Porém, essas políticas de ocupação de área provocaram um ritmo migratório para além da expectativa e estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tinha a disposição. Muitas áreas, especificamente no Sul e Sudeste do Pará, que eram destinadas à exploração da castanha-do-pará, projetos

agropecuários voltados à pecuária bovina e extensas porções de terras devolutas passaram a ser ocupadas por trabalhadores rurais migrantes, intensificando os conflitos fundiários e transformando a região em um dos principais focos de tensão social do país (Pereira, 2013).

Tal situação escalou para a instauração do 52º Batalhão da Infantaria da Selva (52º BIS) no município de Marabá, a fim de assegurar a segurança nacional, intensificando as censuras às universidades e à imprensa, as prisões, torturas e assassinatos. O episódio mais conhecido foi Guerrilha do Araguaia (1972-1974), onde militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) entraram em confronto com as Forças Armadas. Como forma de ação o Exército prendeu, torturou e assassinou trabalhadores rurais (Pereira, 2013).

A presença militar manteve-se elevada no estado, sobretudo em sua região sul, para onde convergiam migrantes atraídos pelas terras produtivas anunciadas pelo governo. A criação da CPT, em 1975, introduziu novos agentes em um contexto já marcado por tensões sociais. As ações desenvolvidas por padres, religiosos e voluntários no âmbito das organizações eclesiais de base, bem como a atuação de advogados na defesa dos posseiros, passaram a colocá-los na mira dos grandes proprietários de terra (Ribeiro, 2020).

Igor Rolemberg (2023) argumenta que a abertura das estradas, não somente a Belém-Brasília e Transamazônica, mas inúmeras outras interestaduais que foram construídas para maior unificação da malha rodoviária local, como a PA-70 e a PA-150, interiorizou e acelerou a ocupação, principalmente em suas margens. O autor destaca que na abertura da PA-70 identificou ao menos quatro frentes de ocupação da área:

- (i) a dos fazendeiros, donos de castanhais em Marabá, interessados em expandir seus domínios; (ii) a de lavradores migrantes com pouca ou nenhuma poupança/capital vindos, sobretudo, do Maranhão, da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais; (iii) a dos fazendeiros já estabelecidos na região da Belém-Brasília, mormente no município de Paragominas; (iv) a dos fazendeiros e empresas agropecuárias e madeireiras vindos do Centro-Sul do País ou do exterior que chegavam à PA-70 também pela Belém-Brasília (Rolemberg, 2023, p. 11).

Ele prossegue afirmando que, entre as transformações desencadeadas pela presença desses novos agentes na região, destacam-se as alterações na paisagem, na morfologia social e nas políticas fundiárias e fiscais. Em conjunto, esses

processos conformam um cenário marcado pela intensificação dos conflitos e da violência agrária no território (Rolemberg, 2023).

3.3 Eldorado dos Carajás como marco da violência no campo paraense

O massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu em um contexto marcado por intensa tensão social e profundas incertezas no campo paraense. No livro *O massacre: Eldorado dos Carajás – uma história de impunidade*, Eric Nepomuceno (2019) descreve como a escalada dos conflitos fundiários culminou na ação policial que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais sem terra. Em setembro de 1995, formou-se um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) às margens da rodovia, visando reivindicar a desapropriação da Fazenda Macaxeira, localizada entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Curionópolis. Após vistoria realizada pelo INCRA, o laudo técnico concluiu que a propriedade era considerada produtiva, inviabilizando sua desapropriação para fins de reforma agrária.

Diante do impasse, em novembro de 1995, mais de dez mil famílias ocuparam a fazenda, o que acirrou ainda mais os ânimos na região, embora tenha sido retomado o diálogo com o Estado em uma nova rodada de negociações. No entanto, sucessivas tratativas frustradas com o INCRA e com o governo do estado ampliaram o temor dos acampados quanto à possibilidade de ataques por milícias privadas vinculadas a fazendeiros locais. Nesse cenário, foi organizada uma marcha que teria como destino inicial a cidade de Marabá, sede regional do INCRA, seguindo posteriormente para Belém.

Os preparativos para a marcha enfrentaram diversos obstáculos, uma vez que nem o INCRA, nem a prefeitura de Curionópolis se dispuseram a fornecer apoio logístico básico, como alimentos, sandálias e medicamentos, para o percurso de aproximadamente 812 quilômetros. Na véspera da partida, um grupo de trabalhadores sem terra realizou uma ação mais radicalizada, interditando a estrada que liga Curionópolis a Marabá. Durante o bloqueio, diversos caminhões ficaram retidos, e um deles foi saqueado, resultando na apreensão de cerca de 16 toneladas de alimentos.

No dia 10 de abril de 1996, aproximadamente 4.200 pessoas iniciaram a marcha em direção ao norte do estado. O grupo chegou a Eldorado dos Carajás na

tarde do dia 15 de abril, onde montou acampamento na margem direita da rodovia PA-150, na localidade conhecida como Curva do S, aguardando avanços nas negociações com a prefeitura e o governo estadual. Foram solicitados ônibus, alimentação e garantias de segurança para os acampados que permaneceriam no local. Como forma de intensificar a pressão política, no final da tarde do dia 16 de abril, os trabalhadores rurais bloquearam a rodovia PA-150, na altura da Curva do S.

Ao final da tarde de 17 de abril, policiais militares oriundos do quartel de Parauapebas avançaram pela porção oeste da rodovia, enquanto efetivos do batalhão de Marabá se posicionaram pelo lado leste, cercando os trabalhadores rurais sem terra na área da Curva do S. As circunstâncias exatas que deram início ao confronto permanecem controversas: não há consenso quanto a quem iniciou a ação, se a Polícia Militar, com o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo, ou os trabalhadores, que reagiram com paus, pedras e ferramentas rudimentares. Independentemente disso, o que se seguiu foi uma operação de repressão marcada por extrema violência e descontrole.

Encurralados entre dois contingentes policiais fortemente armados, os trabalhadores tentaram recuar pela mata às margens da rodovia, enquanto outros buscavam se proteger atrás de barrancos e veículos. A ação policial rapidamente evoluiu para o uso indiscriminado de armas de fogo, com disparos efetuados a curta distância. Relatos de sobreviventes, laudos periciais e investigações posteriores apontaram que diversas vítimas foram executadas após já estarem rendidas ou feridas, inclusive com tiros à queima-roupa e golpes de facão, instrumentos apreendidos de alguns trabalhadores e utilizados pelos próprios policiais durante a ação.

O resultado da operação foi a morte de 21 trabalhadores rurais sem terra no local, sendo 19 assassinados durante a ação e outros dois faleceram dias depois em decorrência dos ferimentos, além de dezenas de feridos, muitos com sequelas permanentes. O cenário após o confronto evidenciava a brutalidade da ação: corpos espalhados pela rodovia e pela vegetação próxima, marcas de tiros nas costas e na cabeça das vítimas e indícios claros de execuções sumárias. A violência empregada extrapolou qualquer protocolo de controle de distúrbios civis, configurando-se como um massacre perpetrado pelo Estado contra uma população civil desarmada ou com meios precários de defesa.

O massacre apresenta uma inflexão na trajetória da violência agrária no Pará ao final do século XX, na medida em que projetou o conflito fundiário local para o centro do debate público nacional e internacional. A repercussão mobilizou organizações de direitos humanos, movimentos sociais e organismos internacionais, ampliando o olhar da população sobre a atuação estatal e a condução da política agrária. Ao mesmo tempo, consolidou-se como marco memorial e político, reconfigurando repertórios de mobilização, estratégias de denúncia e padrões de resposta institucional nos anos subsequentes.

No próximo capítulo, discuto os massacres ocorridos a partir de 2015, a fim de examinar em que medida tais episódios expressam continuidades, deslocamentos ou reconfigurações nas dinâmicas contemporâneas da violência coletiva no campo paraense.

4 Massacres de ativistas socioambientais no Pará (2015–2022): casos, perfis e dinâmicas da violência

Este capítulo dedica-se à análise dos quatro casos de massacres de ativistas socioambientais que ocorreram no estado do Pará entre 2015 e 2022, totalizando 25 vítimas. Conforme delineado anteriormente na metodologia, esta etapa da pesquisa utilizou o estudo de caso para investigar o fenômeno da violência coletiva direcionada a defensores de direitos no campo paraense no século XXI.

O objetivo central desta seção foi ir além de uma mera cronologia dos fatos, buscando compreender as características comuns entre os ativistas vitimados e o contexto em que suas lutas se inseriam. Foram examinadas as variáveis do banco de dados construído, como gênero, tipo de liderança, forma de assassinato, e a natureza do perpetrador apontado, a fim de traçar um panorama que revele as vulnerabilidades específicas e os riscos enfrentados por esses indivíduos em um estado marcado pela persistente disputa territorial.

4.1 Definição e operacionalização da categoria massacre

Antes de avançar para a análise detalhada dos casos de massacre, é necessário esclarecer como essa categoria é compreendida e delimitada neste estudo. Em sua tese de doutorado, Camila Vedovello realiza uma importante reflexão sobre o uso dos termos *massacre* e *chacina*. Segundo o *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*, *chacina* é definida como “matança, assassinato”, enquanto *massacre* se refere a “morticínio cruel; matança; carnificina” (Borba, 2011 apud Vedovello, 2022).

Embora os significados sejam próximos, *massacre* geralmente envolve um nível de crueldade mais intenso, ainda que, em algumas situações, a imprensa utilize ambos os termos para se referir ao mesmo episódio. A autora segue ao dizer que:

Nas zonas cinzentas do dizer e da memória, não há uma fronteira estabelecida que define o que é massacre e o que é chacina e as diferenciações entre ambos. Esse não é um aspecto técnico, mas sim uma mobilização do termo a partir de quem o toma para referenciar um acontecimento com esse grau de crueldade. Assim, o que

se tem são usos dos termos a partir de contextos sociais e disputas políticas para representação da crueldade das execuções. (Vedovello, 2022, 9. 77-78)

De modo geral, essas expressões são empregadas para designar episódios de violência extrema, caracterizados como “uma forma cotidiana de se referir a um tipo de violência intensificada: a execução planejada de diversas pessoas em um mesmo local” (Silva, Santos e Ramos, 2019). No âmbito jurídico, entretanto, não há reconhecimento específico para esses conceitos, sendo tais ocorrências enquadradas formalmente como *homicídios múltiplos* (Silva, Santos e Ramos, 2019).

Por se tratar de episódios caracterizados por elevado grau de violência e considerando que o episódio mais emblemático desse tipo de violência no estado do Pará, ocorrido em Eldorado dos Carajás, é amplamente referido como massacre, optou-se por utilizar o termo *massacre* ao longo deste estudo.

4.2 Os quatro casos analisados

Nosso primeiro caso ocorreu em Conceição do Araguaia, no sudeste do Pará. Seis pessoas da mesma família foram assassinadas em uma propriedade que, segundo o INCRA, estava passando pelo processo de desapropriação para a reforma agrária¹⁷. O crime, que ocorreu dia 16 de fevereiro de 2015, teria sido motivado por descontentamento dos antigos proprietários do lote, que por terem o abandonado, perderam o direito de posse da área, sendo assim remanejado para outra família. As vítimas, quatro crianças entre 11 e 14 anos e dois adultos, Washington da Silva e Leidiane Soares, estavam há três semanas no local e moravam em um barraco de madeira e, conforme as investigações, os antigos donos contrataram dois capangas para retirar a família da propriedade.

O fato mais impactante deste caso é a forma cruel que esses indivíduos perderam suas vidas. A investigação mostrou que após invadirem a casa, os indivíduos amarraram a família, que contava com quatro menores de idade, e

¹⁷ Ver em: Polícia faz buscas por autores de chacina em Conceição do Araguaia. G1, 18 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/02/policia-faz-buscas-por-autores-de-chacina-em-conceicao-do-araguaia.html>. Acesso em 06/12/2025.

fizeram-os caminhar até o rio próximo da propriedade, onde foram assassinados com a utilização de arma de fogo, facão e afogamento.¹⁸

O segundo massacre registrado ocorreu em 24 de maio de 2017, na Fazenda Santa Lúcia, município de Pau D'Arco, resultando na morte de dez trabalhadores rurais sem-terra. Este foi o maior crime no campo em 20 anos, desde o Massacre de Eldorado dos Carajás¹⁹. A disputa pela referida propriedade remonta ao ano de 2010. Em 2015, durante uma ocupação, o INCRA iniciou a tentativa de adquirir a fazenda para fins de reforma agrária, mas sem acordo com os proprietários. No início de 2017, a Justiça concedeu a reintegração de posse aos donos da área, levando à saída dos acampados.

Os trabalhadores rurais retornaram em maio do mesmo ano, montando tendas improvisadas para passar a primeira noite, já que as construções construídas antes do despejo foram destruídas. Na manhã do crime, sob forte chuva, os acampados, que estavam dividindo uma lona improvisada, ouviram a chegada dos policiais. Um dos sobreviventes relatou que os agentes de segurança se aproximaram do grupo anunciando: “não corre não, se não vai morrer” e deferindo tiros contra os acampados. Houve então grande confusão, onde parte dos sem-terra correram mata adentro, mas nem todos conseguiram. Ao todo foram executados: Jane Júlia de Oliveira (líder do acampamento e presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais Nova Vitória²⁰), Oseir Rodrigues da Silva, Hércules Santos de Oliveira, Regivaldo Pereira da Silva, Ronaldo Pereira de Sousa, Bruno Henrique Pereira Gomes, Antônio Pereira Milhomen, Nelson Souza Milhomen, Weldson Pereira Milhomen e Weclbson Pereira Milhomen, sendo sete pessoas da mesma família²¹.

¹⁸ Ver em: Polícia paraense busca suspeitos de assassinato de família a golpes de foice. *Agência Brasil*, 20 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-02/policia-paraense-busca-suspeitos-d-e-assassinato-de-familia-golpes>. Acesso em 06/12/2025.

¹⁹ Ver em: Massacre de Pau D'Arco: Por que as chacinas se repetem no sul do Pará?. *Piauí*, dez. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-massacre-de-pau-darco/>. Acesso em: 08/12/2025

²⁰ Ver em: Guardiãs da Amazônia: conheça a história de mulheres que lutaram pela Amazônia e pelos povos originários. *Rede Eclesial Pan-Amazônica*, 08 de março de 2023. Disponível em: <https://repam.org.br/guardias-da-amazonia-conheca-a-historia-de-mulheres-que-lutaram-pela-ama-zonia/>. Acesso em 08/12/2025.

²¹ Ver em: Massacre de Pau d'Arco: Jane Júlia, presente!. *CEBI*, 16 de novembro de 2018. Disponível em: <https://cebi.org.br/publicacoes/massacre-de-pau-darco-jane-julia-presente/>. Acesso em 06/10/2024

Na versão apresentada em depoimento, os agentes, 29 policiais militares e civis, alegaram que a ida até a fazenda teria sido com a finalidade de cumprir 14 mandados de prisão preventiva contra suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda e foram recebidos com armas de fogo. Tanto as testemunhas sobreviventes quanto os laudos afirmam que não houve confronto, e sim execuções. Dos policiais envolvidos, 16 foram acusados de executores do crime.

Pouco tempo depois do massacre, em julho do mesmo ano, Rosenildo Pereira de Almeida foi assassinado. Ele era uma das lideranças da ocupação da Fazenda Santa Lúcia e, em conjunto com outros companheiros, permanecia acampado ao lado da fazenda, exercendo pressão e aguardando que a terra fosse destinada ao assentamento das famílias²². Fernando dos Santos Araújo, foi assassinado em janeiro de 2021, cinco meses após ter sofrido uma tentativa de homicídio. Sobrevivente do massacre que vitimou seu namorado, Fernando era testemunha-chave das investigações. A Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA), responsável pela investigação do caso, concluiu que os dois ataques partiram do mesmo indivíduo.²³

Oito anos após o massacre, em 26 de agosto de 2025, a Justiça Federal reconheceu como válido o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que declarou a Fazenda Santa Lúcia de interesse social para fins de desapropriação, com fundamento na legislação agrária brasileira. A decisão configurou um marco jurídico e político, por se tratar do primeiro caso na Amazônia em que essa modalidade de desapropriação foi efetivamente aplicada, mesmo diante da resistência do proprietário. Além de seu caráter inovador no plano jurídico, a decisão representa uma vitória concreta para cerca de 200 famílias que, desde o massacre em 2017, permanecem acampadas na área em condições de extrema precariedade. Essas famílias vivem em moradias improvisadas, com teto de palha e

²² Ver em: Massacre de Pau D'Arco - Laudo da PF constata o óbvio, foi crime do Estado. *Justiça Global*, 29 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/massacre-de-pau-darco-laudo-da-pf-constata-o-obvio-foi-crime-de-estado/>. Acesso em 07/12/2025

²³ Ver em: NOTA PÚBLICA: "Um ano após o assassinato de Fernando dos Santos Araújo, a impunidade segue fazendo vítimas no campo paraense". *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5911-nota-publica-um-ano-apos-o-assassinato-de-fernando-dos-santos-araujo-a-impunidade-segue-fazendo-vitimas-no-campo-paraense>. Acesso em 06/10/2024

chão batido, sem acesso regular a políticas públicas básicas, como energia elétrica e assistência estatal, e sob constantes ameaças.²⁴

O terceiro caso ocorreu durante a madrugada de 21 para 22 de março de 2019, quando seis pessoas foram assassinadas no interior do município de Baião, no Pará. A primeira fase da ação dos executores resultou na morte a tiros e carbonização de três trabalhadores da fazenda de Fernando Filho: Venilson da Silva Santos, Raimundo Jesus Ferreira e Marlene da Silva Oliveira. O motivo do crime estaria ligado às ameaças de vítimas a denunciar as condições de trabalho análogas à escravidão e a falta de pagamento na fazenda, além de saberem da existência de uma pista de pouso clandestina na propriedade.

Depois, os pistoleiros se dirigiram ao Assentamento Salvador Alende, à casa da ativista Dilma Ferreira, coordenadora regional do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). No local, Dilma, seu esposo Claudionor da Silva, e um conhecido do casal, Hilton Lopes, foram amarrados, amordaçados e esfaqueados²⁵. A ativista, cuja garganta foi cortada, também planejava denunciar Fernando. Contudo, a denúncia dela se referia a outra atividade ilícita praticada pelo fazendeiro: a extração ilegal de madeira, realizada nas proximidades do assentamento onde ela residia.²⁶

A ativista Dilma integrou a coordenação regional do MAB desde 2005, denunciando as violações de direitos associadas à construção da hidrelétrica de Tucuruí, vivenciadas diretamente por ela. Nesse período, participou de iniciativas voltadas à geração de renda, como a comercialização de peixe, e à construção de cisternas. Em 2011, esteve no Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, em Brasília, onde entregou à presidenta Dilma Rousseff a pauta do movimento, que reivindicava a criação da Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB) e alertava sobre os riscos da hidrelétrica de Belo Monte.²⁷

²⁴ Ver em: Pau D'Arco: fazenda palco de chacina pode virar marco de justiça na Amazônia. *Repórter Brasil*, 01 de setembro de 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/09/pau-darco-fazenda-chacina-marco-justica-amazonia/>. Acesso em 08/12/2025

²⁵ Ver em: Líder rural no PA, Dilma Silva é uma das vítimas de triplo homicídio em assentamento. *G1*, 23 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/22/lideranca-rural-no-pa-dilma-silva-e-uma-das-vitimas-d-e-triplo-homicidio-em-assentamento.ghtml>. Acesso em 07/12/2025.

²⁶ Ver em: Acusado de envolvimento no caso do assassinato da militante do MAB, Dilma Ferreira, vai à julgamento no Pará. *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 13 de março de 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/03/15/acusado-de-envolvimento-no-caso-do-assassinato-da-militante-do-mab-dilma-ferreira-vai-a-julgamento-no-para/#>. Acesso em 06/10/2024

²⁷ Ver em: Dois anos sem Dilma Ferreira; conheça a trajetória de luta da defensora do território amazônico. *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 22 de março de 2021. Disponível em: <https://mab.org.br/2021/03/22/dois-anos-sem-dilma-ferreira/>. Acesso em 07/12/2025

No início dos anos 2000, José Gomes, mais conhecido como “Zé do Lago”, veio do Tocantins para São Félix do Xingu (PA), onde se dedicou a ensinar ribeirinhos e indígenas a fazer o manejo de quelônios e tartarugas. Juntamente com a família, o socioambientalista realizava um projeto que buscava repovoar as águas do Xingu com os animais, além de trabalhos de preservação ambiental da região. A área ocupada há mais de 20 anos por José situa-se sob a jurisdição do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, unidade de conservação que abrange mais de 1,5 milhão de hectares.

Os corpos de Zé do Lago, sua esposa, Márcia Nunes Lisboa, e sua filha, Joane Nunes Lisboa, foram encontrados em sua propriedade em 9 de janeiro de 2022, já em estado de decomposição e com marcas de arma de fogo. A polícia recolheu 18 cápsulas no local do massacre.²⁸ Quase cinco anos após o crime, ainda não houve uma resposta oficial sobre o que levou ao crime.

4.3 Continuidade e reconfiguração da violência

Nesse momento, analiso o banco de dados referente aos massacres descritos anteriormente ocorridos no campo paraense, reunindo 25 vítimas distribuídas em quatro eventos. A partir de variáveis sociodemográficas, características das vítimas, autoria dos crimes e modalidades de execução, busca-se identificar padrões recorrentes de violência e compreender como esses episódios se estruturam no contexto dos conflitos agrários.

O padrão espacial dos casos analisados evidencia uma concentração significativa no sudeste do Pará, onde se localizam três dos quatro massacres examinados. Trata-se de uma região historicamente marcada por intensos conflitos agrários e pela recorrência da violência no campo, conforme discutido no capítulo anterior. O quarto episódio, ocorrido no município de Baião, situado na mesorregião do Baixo Tocantins, amplia o recorte empírico da pesquisa e sugere que tais dinâmicas de violência não se restringem exclusivamente ao sudeste paraense, podendo manifestar-se em outras áreas do estado. A disposição territorial dos casos encontra-se representada no mapa a seguir.

²⁸ Ver em: Contra a impunidade àqueles que vitimam ambientalistas. *Comissão ARNS*, 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://comissaoarns.org/pt-br/blog/contra-a-impunidade-%C3%A0queles-que-vitimam-ambientalistas/>. Acesso em 07/12/2025

A detailed map of the Amazon region in Brazil, showing state boundaries and major cities. The map includes labels for states like AMAPÁ, PARÁ, and TOCANTINS, and cities like Belém, Manaus, and São Félix do Xingu. Three red circles are placed on the map, likely indicating specific locations of interest.

A faixa etária das vítimas varia entre 11 e 61 anos, evidenciando a heterogeneidade do perfil etário atingido pela violência analisada. Em nove casos, não foi possível identificar a idade das vítimas com base nas fontes disponíveis. A média etária foi de 31 anos. Ressalta-se, ainda, a existência de cinco vítimas menores de idade, todas pertencentes ao círculo familiar de ativistas, o que indica que a violência não se restringe aos agentes diretamente envolvidos nas disputas socioambientais, alcançando também seus familiares e ampliando o impacto social e simbólico desses episódios.

Ainda assim, embora as mulheres representem 28% das vítimas (sete indivíduos), sua presença revela dimensão qualitativamente significativa: entre as

três lideranças identificadas no banco, duas eram mulheres: Jane Julia de Oliveira, responsável pela organização do acampamento, e Dilma Ferreira Silva, liderança estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Pará. Esse dado indica que, mesmo em menor número absoluto, as mulheres ocupam posições estratégicas nos processos organizativos, exercendo funções de coordenação e articulação política. A sua vitimização, portanto, não pode ser interpretada como residual, mas como evidência da centralidade feminina nas dinâmicas de mobilização e resistência no campo.

Quanto à variável destinada a classificar a natureza da mobilização das vítimas, observa-se a predominância de sujeitos vinculados ao campesinato, que representam 48% do total analisado, correspondendo a 12 indivíduos. A centralidade dos trabalhadores rurais entre as vítimas evidencia que a violência letal no campo não ocorre de forma aleatória, mas incide seletivamente sobre sujeitos diretamente inseridos nas disputas pela terra. Esses indivíduos ocupam posição estratégica nos conflitos agrários, na medida em que constituem a base material e social das reivindicações territoriais e dos processos de resistência coletiva. A eliminação física desses sujeitos, portanto, cumpre uma função que extrapola o dano individual, operando como mecanismo de desmoralização política e de enfraquecimento das mobilizações camponesas, ao atingir aqueles que sustentam, no cotidiano, as lutas pela permanência e pelo acesso à terra. Abaixo está a Tabela 2, com as características dos ativismos dos sujeitos.

Tabela 2 - Tipos de característica dos indivíduos

Característica	Contagem	Porcentagem
Camponês	12	48%
Familiares de pessoas alvo de repressão	8	32%
Outro	4	16%
Socioambiental	1	4%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração própria

O segundo grupo com mais casos é o de familiares de pessoas alvo de repressão, formado por vítimas que não possuem envolvimento com a vida política

dos parentes, mas estava presente no massacre. Tal violência indica que a repressão não se dirige exclusivamente aos sujeitos diretamente engajados nas disputas agrárias, mas se estende aos seus vínculos afetivos e comunitários, configurando uma estratégia de punição coletiva. Ao atingir crianças, adolescentes, mulheres e outros membros do núcleo familiar, a violência assume um caráter exemplificador, voltado à produção do medo, à intimidação das comunidades e à desarticulação das redes de apoio que sustentam a resistência camponesa.

Esse tipo de violência amplia o alcance do terror para além do indivíduo politicamente ativo, fragilizando laços sociais, interrompendo processos organizativos e reforçando mecanismos de silenciamento. Assim, a presença expressiva de familiares entre as vítimas evidencia que os massacres analisados operam como instrumentos de controle territorial e social, nos quais a eliminação física funciona como meio de neutralização preventiva de futuras mobilizações e de reafirmação violenta da ordem vigente.

As demais categorias distribuem-se entre “Outro” e “Socioambiental”. Na primeira, incluem-se os três trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, e a liderança Dilma Ferreira, militante do MAB. Já a categoria “Socioambiental” abrange o ativista vinculado à defesa dos quelônios, cuja atuação estava relacionada à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Relativo à autoria dos crimes, o banco de dados revela a seguinte distribuição: 10 vítimas (40%) foram mortas em ação atribuída diretamente ao Estado; 6 vítimas (24%) tiveram como autores pistoleiros; outras 6 (24%) foram assassinadas por latifundiários; e 3 casos (12%) permanecem com autoria classificada como desconhecida. A distribuição da autoria evidencia que a violência nos massacres analisados não pode ser compreendida como ação desviante ou episódica, mas como parte de um repertório estruturado de regulação dos conflitos agrários.

Dessa forma, na região há uma instrumentalização da violência por grandes proprietários de terra. Paralelamente, a atuação de pistoleiros e latifundiários revela a permanência de formas privatizadas de coerção, nas quais a violência funciona como recurso estratégico na defesa da propriedade e na neutralização de lideranças. Essa coexistência entre violência estatal e violência privada sugere uma convergência funcional, ainda que não necessariamente coordenada formalmente, na produção de controle territorial.

Além da eliminação física imediata, tais ações produzem efeitos políticos mais amplos, levando a desmobilização coletiva: instauram o medo, desestruturam redes de solidariedade, enfraquecem a capacidade organizativa e sinalizam os custos da resistência. Assim, os massacres configuram-se como mecanismos de regulação coercitiva dos conflitos, nos quais a força letal atua simultaneamente como repressão direta e como estratégia de contenção preventiva de futuras mobilizações.

A análise dos instrumentos empregados revela que a violência não se limitou à utilização de armas de fogo, presentes em 21 das 25 vítimas analisadas (84%), mas incorporou também o uso de armas brancas, registradas em 9 casos (36%), e a prática de tortura, identificada em 19 vítimas (76%). A elevada incidência de tortura indica que parte significativa dos episódios vai além da lógica de eliminação imediata.

Esse padrão sugere um grau expressivo de brutalização, no qual a execução não se restringe ao objetivo de neutralizar fisicamente as vítimas, mas envolve a produção deliberada de sofrimento adicional. A combinação entre armas de fogo e práticas de tortura aponta para dinâmicas nas quais a violência assume dimensão que transcende o ato letal em si, produzindo efeitos que se projetam sobre a coletividade. Assim, os massacres não configuram apenas atos de homicídio múltiplo, mas eventos de alta intensidade material e simbólica, nos quais a brutalidade funciona como mecanismo de intimidação ampliada e reforço do controle territorial.

A análise comparativa dos massacres segundo o governo federal em exercício permite problematizar a existência de continuidade ou ruptura na dinâmica da violência no campo. Embora os episódios se distribuam entre diferentes gestões, Dilma Rousseff (24% das vítimas), Michel Temer (40%) e Jair Bolsonaro (36%), não se observa descontinuidade na ocorrência da violência letal. O que se modifica, sobretudo, são as modalidades de autoria e o perfil dos agentes envolvidos. Durante o governo Temer, registra-se a maior concentração de vítimas e a presença de violência estatal direta, enquanto nos demais períodos predominam agentes privados, como pistoleiros e latifundiários.

Essa variação sugere reconfigurações nos mecanismos de operacionalização da repressão, mas não uma inflexão substantiva na estrutura dos conflitos. Assim, os dados indicam que os massacres não podem ser interpretados como fenômenos exclusivamente conjunturais, dependentes da orientação política de cada governo,

mas como expressão de uma continuidade estrutural dos conflitos agrários, na qual diferentes administrações coexistem com formas persistentes de regulação coercitiva do território.

A variável “Assentado”, que abrange tanto indivíduos formalmente assentados quanto aqueles inseridos em propriedades em processo de acesso à política de reforma agrária, indica que 19 das 25 vítimas (76%) estavam vinculadas, de maneira consolidada ou em curso, a iniciativas de redistribuição de terras. Esse dado demonstra que a violência incide majoritariamente sobre sujeitos situados em territórios relacionados à política pública de reforma agrária, ainda que nem todos os casos envolvam assentamentos plenamente regularizados. Assim, os massacres não se concentram apenas em ocupações informais ou conflitos difusos, mas atingem sobretudo áreas marcadas pela institucionalização da disputa fundiária.

Quando se observa o cruzamento com a “Autoria”, o padrão torna-se ainda mais significativo. A totalidade das vítimas de ações atribuídas ao Estado (10 casos) e a pistoleiros (6 casos) estava vinculada a assentamentos ou a propriedades em processo de regularização, indicando que tanto a repressão estatal direta quanto a violência privatizada terceirizada incidiram exclusivamente sobre esse grupo. Nos casos atribuídos a latifundiários, verifica-se divisão equilibrada entre vinculados à reforma agrária e não vinculados (50% para cada), sugerindo que a violência direta por parte de grandes proprietários alcança perfis fundiários distintos. Já os três casos de autoria desconhecida atingem exclusivamente indivíduos sem vínculo com assentamentos ou com processos formais de acesso à terra. Abaixo apresento uma Tabela 3 com tal cruzamento.

Tabela 3: Cruzamento entre autoria X assentado

		Assentado		Total
		Não	Sim	
autoria	Estado	0	10	10
	Latifundiário	3	3	6
	Pistoleiros	0	6	6
	Desconhecido	3	0	3
Total		6	19	25

Fonte: Elaboração Própria

Esse arranjo sugere que a vinculação, sendo ela consolidada ou em curso, à política de reforma agrária constitui marcador relevante de inserção em um conflito territorial institucionalizado. A incidência exclusiva de violência estatal e de pistoleiros sobre esse grupo indica que, quando a disputa pela terra adquire reconhecimento administrativo ou passa a tramitar na esfera pública, a repressão tende a assumir formas mais organizadas e estruturadas. Assim, a condição de “assentado”, em sentido ampliado, não opera como elemento de proteção institucional, mas como fator de exposição diferenciada às modalidades de regulação coercitiva do território.

5 Considerações Finais

O presente trabalho buscou compreender quais marcos históricos da formação territorial do Pará contribuem para que o estado figure como expoente nacional na violência contra ativistas socioambientais, bem como identificar o perfil das vítimas de massacres ocorridos entre 2015 e 2022. A análise realizada permite afirmar que a violência direcionada a esses sujeitos não constitui um fenômeno isolado ou circunstancial, mas se insere em uma longa trajetória histórica de disputas territoriais, concentração fundiária e uso sistemático da coerção como mecanismo de regulação social no campo paraense.

Desde os processos coloniais de ocupação da Amazônia, passando pelas políticas desenvolvimentistas do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas, até os projetos de integração nacional implementados durante a ditadura militar, consolidou-se na região um modelo de expansão territorial baseado na exploração intensiva dos recursos naturais e na apropriação desigual da terra. A construção de grandes rodovias e a implementação de programas de colonização, conduzidos por órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, intensificaram a ocupação do território, mas também aprofundaram conflitos fundiários ao favorecer grandes proprietários e empreendimentos privados.

O Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, constituiu um marco simbólico e político dessa trajetória, ao expor nacional e internacionalmente a letalidade da repressão estatal no campo. Contudo, como demonstrado ao longo deste estudo, a ocorrência de novos massacres entre 2015 e 2022 evidencia que a violência coletiva não pertence apenas ao passado, mas permanece como recurso mobilizado em disputas agrárias contemporâneas.

A análise dos quatro casos investigados revelou padrões relevantes. Observou-se a predominância de vítimas do sexo masculino, mas também a presença significativa de mulheres em posições de liderança, o que indica a centralidade das mulheres nas dinâmicas organizativas dos movimentos sociais. Além disso, quase metade das vítimas eram camponeses diretamente envolvidos na luta pela terra, enquanto uma parcela expressiva era composta por familiares, inclusive menores de idade, demonstrando que a violência extrapola o ativismo individual e assume também um caráter coletivo e intimidatório.

No que se refere à autoria, a expressiva participação de agentes estatais em um dos massacres analisados, bem como a atuação de pistoleiros e latifundiários nos demais casos, evidencia a coexistência de formas institucionais e privadas de violência. Tal configuração sugere não apenas a fragilidade das instituições na mediação dos conflitos, mas também a persistência de alianças históricas entre poder público e interesses fundiários, seja por ação direta, seja por omissão.

Os dados indicam que os massacres analisados ocorreram majoritariamente em áreas em disputa, muitas delas vinculadas a processos de reforma agrária ou a denúncias de práticas ilícitas, como desmatamento ilegal e trabalho análogo à escravidão. Assim, a violência aparece como instrumento de manutenção do controle territorial e de silenciamento político, funcionando como mecanismo de desarticulação de mobilizações coletivas.

Conclui-se, portanto, que o estado do Pará se consolida como epicentro da violência contra ativistas socioambientais no Brasil não apenas em razão de sua extensão territorial ou riqueza ambiental, mas sobretudo devido à permanência de um modelo histórico de desenvolvimento que privilegia a concentração de terra e a exploração de recursos naturais em detrimento da garantia de direitos. Os massacres analisados expressam a continuidade, ainda que reconfigurada, de práticas coercitivas que atravessam séculos de formação social amazônica.

Por fim, este trabalho contribui para o debate acadêmico ao articular a categoria massacre à análise da violência no campo, evidenciando a necessidade de compreender esses episódios como fenômenos estruturais, e não como eventos excepcionais. Pretende-se continuar explorando este campo de investigação em uma nova etapa, durante minha pesquisa de mestrado, ampliando o recorte temporal dos eventos e aumentando o arcabouço teórico.

Referências

ALANO, Roberta do Prá. “Queimem a bruxa”: repertórios de confronto antifeministas e antigênero no Brasil (2013-2022). Orientadora: Simone Gome. 2024. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

ALBARRACÍN, Juan; KAROLCZAK, Rodrigo Moura; WOLFF, Jonas. Violence against civil society actors in democracies: Territorialization of criminal economies and the assassination of social activists in Brazil. *Journal of Peace Research*, v. 62, n. 5, p. 1411–1427, set. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/00223433251347784>.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, v. 5, n. 2, p. 453–468, 2010.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia no pós-guerra e a construção da Rodovia Belém-Brasília. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, v. 3, n. 2, 2015. DOI: 10.29327/210932.3.2-10. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/642>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ANDRADE, Rômulo de Paula. Vencidas a distância e floresta!: A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. *Tempo*, v. 25, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2019v250204>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BARREIRA, César. Massacres: monopólios difusos da violência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 1, n. 57/58, p. 169-186, 2000.

CERQUEIRA, Juliana Maria Magalhães Lopes; VIEIRA, Denes Dantas. Aspectos estruturais da violência no campo: uma revisão bibliográfica a partir do caso brasileiro. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 43, n. 2, p. 378–392, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v43i2.52517>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/52517>. Acesso em: 28 jan. 2026.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil 2023. Goiânia, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14308-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: 8 out. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Massacres no campo. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2024/09/11/artigo-massacres-no-campo/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

CRUZ, F. L. O estudo de caso como estratégia de investigação científica: questionamentos e critérios para julgamento. In: XVI SIMPÓSIO DOS PROGRAMAS DE MESTRADO PROFISSIONAL, 2021, São Paulo. Anais [...], 2021. v. 1.

EV, L. S.; BURNI, A. Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, v. 22, p. 75-103, 2014.

GIL, A. C. Como fazer pesquisa qualitativa. 1. ed. Barueri: Atlas, 2021.

GLOBAL WITNESS. Decade of defiance: ten years of reporting land and environmental activism worldwide – Ali Hines. Disponível em: <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/decade-of-defiance/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Dialogos Latinoamericanos*, v. 26, p. 144-157, 2017.

MENDONÇA, A. W. Metodologia para estudo de caso. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.
MOURA, Anderson. A Amazônia no discurso ditatorial brasileiro: notas introdutórias. *Cadernos do CEOM*, v. 34, n. 55, p. 13-22, 2021.

NASCIMENTO, Durbens Martins. A Guerrilha do Araguaia: “paulistas” e militares na Amazônia. 2000. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2000.

NEPOMUCENO, Eric. O massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

OLIVEIRA, Daniela; SILVA, Vinicius Sousa; CARBALLEDA ADSUARA, Carmen Hannud; BARRETO, Robenilson Moura. O massacre de Eldorado dos Carajás: memória, história e psicopolítica no Sudeste Paraense. *REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 15, n. 1, 2025. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/7946>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PAULA, Jania Maria de. O mito do vazio demográfico amazônico e as tentativas para implantação de colônias de imigração. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, 2022.

PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Terra de ninguém? Questões agrárias e movimentos sociais nas Amazônias brasileira e peruana: do extrativismo ao neoextrativismo passando pelos regimes militares (1850-2009). *Nova Revista Amazônica*, Bragança, v. 8, n. 1, p. 113-131, abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v8i1.8623>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12596>. Acesso em: 23 jan. 2026.

ROLEMBERG, Igor. Mobilizar, Acompanhar, Denunciar: Uma etnografia da Comissão Pastoral da Terra na Amazônia Oriental. Orientador: Benoît De L’Etoile. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.theses.fr/2023EHES0022/document>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ROLEMBERG, I.; LACERDA, Paula. Violência contra a pessoa em conflitos no campo na Amazônia Legal: breves considerações. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 163-176, 2023.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O Estado Imperial brasileiro e a colonização militar da Amazônia (1840-1867). *Tempo*, v. 28, n. 3, p. 99–117, 2022.

SEIBEL, E. J. Metodologia para pesquisa hemerográfica. Disponível em: <http://nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-depesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SILVA, U. V.; SANTOS, J. L.; RAMOS, P. C. Chacinas e a politização das mortes no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

VARGAS, Getúlio. Discurso do rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, p. 259-262, 1942.

VELHO, Otávio. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Sociais, 2009.

YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.